O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA CÍVICA FEMININA: IDENTIDADE E VALORES FEMININOS NA LITERATURA PROTO-FEMINISTA DO SÉCULO XVIII

Ana Patrícia Rodrigues
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
patrícia_rodrigues@hotmail.com

Resumo

O século XVIII pautou-se por um intenso debate sobre a educação feminina, questão que constituiu um primeiro passo no desafio à "Lei do Costume", a qual perpetuava a inferioridade das mulheres em relação aos homens. Assim, a defesa do direito à educação enquadra-se num plano mais amplo de reivindicações, o da defesa da igualdade intelectual, servindo de esteio a posteriores movimentos de índole política.

De facto, o Feminismo em Inglaterra está intimamente ligado à questão da educação feminina, como o exemplo do percurso literário de escritoras como Mary Astell e Catharine Macaulay atesta. Seguindo uma já longa tradição literária, encontramos em Setecentos uma vasta ensaística apologética acerca do estatuto e da participação da mulher na sociedade. Até aí, as mulheres eram consideradas as guardiãs da moral e dos bons costumes, desempenhando um papel fulcral na manutenção da estabilidade doméstica e social. Nesta altura, algumas pensadoras almejavam objectivos mais vastos e de maior relevância para o colectivo. Assim, este século pautou-se por profundas convulsões ao nível da mentalidade social, especialmente no que concerne ao modo como as mulheres eram vistas e ao papel que desempenhavam no seio da sociedade, como prova o intenso debate observado relativamente aos direitos das mulheres, não só a nível educacional (a tónica dominante no início do século), mas também a nível cívico e político, mais óbvio no final do século, muito propiciado pelos ventos revolucionários soprados de França e da América do Norte que incentivavam a mulher a adoptar uma postura mais reivindicativa.

Palavras-Chave: Cidadania; Feminismo; Ética feminista.

Abstract

The eighteenth-century comes out as a moment of intense debate in what concerns female education, the milestone of the "Custom Law" contest which had long perpetuated the inferiority of women, and had confined them to the private domestic sphere. Thus, the defence of the right to education must be understood in a broader context, i.e. the defence of the intellectual equality of genders.

In fact, The English Feminism is closely linked to the issue of female education, as the example of the literary course of writers such as Mary Astell and Catharine Macaulay proves. Following a long literary tradition, we find in the eighteenth-century a great apologetic rhetoric concerning women's role and participation in society. Until then, women were considered the moral arbiters and keepers of good costumes, thus playing a vita role in ensuring the domestic and social stability. But now some women wished for higher goals in life and with more relevance to the society. Therefore, this century was marked by deep changes and convulsions in what concerns the social mentalities, especially, the way women were regarded and the role they played within society, as the intense debate (much influenced by the revolutionary winds blown from France and North America that encouraged women to adopt a more vindicative posture), about women's rights, not only concerning educational rights, the most important issue in the early century, but also civic and political ones, more obviously at the end of the century.

Key Words: Citizenship; Feminism; Feminist ethics.

O Despertar da Consciência Cívica Feminina: Identidade de Valores Femininos da Literatura Proto-feminista do Século XVIIII

O século XVIII em Inglaterra pautou-se por profundas mudanças ao nível da mentalidade social, especialmente no que concerne o modo como as mulheres eram vistas e o papel que desempenhavam no seio da sociedade. Este facto é facilmente comprovável se atentarmos no intenso debate observado relativamente aos direitos das mulheres, não só a nível educacional (a tónica dominante no início do século), mas também a nível cívico e político, mais óbvio no final do século, muito propiciado

pelos ventos revolucionários soprados de França e da América do Norte que incentivavam a mulher a adoptar uma postura mais reivindicativa.

A maioria dos autores de tratados educacionais (homens e mulheres) era unânime em admitir que o *curriculum* académico destinado às mulheres era muito limitado, englobando apenas "prendas de salão", como a costura, a dança, os bordados, e, porventura, um pouco de francês e italiano, não cumprindo o verdadeiro objectivo da educação: dotar as mulheres de uma mente racional que lhes permitisse resistir e repudiar os vícios e as paixões temporais, na fraseologia da época, tais como a vaidade e o luxo e, simultaneamente, reconhecer, os benefícios de conduzirem a sua vida de acordo com os princípios cristãos. Só desta forma as mulheres poderiam ascender espiritualmente e, no decorrer do processo, tornar-se melhores mães, esposas, companheiras e, em última análise, melhores pessoas. Era necessário, portanto, educá-las, não só para conhecerem e entenderem esse papel, desempenhando-o da melhor forma possível, mas também para que pudessem cumprir as suas obrigações, tanto no âmbito da esfera doméstica e social como, ainda que indirectamente, na esfera política e económica.

Tal argumento era sobejamente utilizado desde o princípio do século até ao seu final e decorria da convicção geral de que as mulheres eram as guardiãs da moral e dos bons costumes, desempenhando um papel fulcral na estabilidade não só da família como da nação. As mulheres, contudo, viam nesta premissa o trampolim que lhes permitiria ter acesso a uma educação mais abrangente com uma aplicabilidade económica e estatutária mais sólida.

No início do século destaca-se a pioneira Mary Astell, uma das primeiras autoras a defender um percurso educacional feminino que abrangesse mais do que a esfera doméstica e micro-social, propondo o estabelecimento de uma Academia para as mulheres, onde estas pudessem cultivar as suas mentes, tornando-se assim realmente úteis ao próximo e, portanto, a toda a sociedade. A autora considerava que só através da fé e da prática de um Cristianismo fundamentado e consciente, a mulher poderia ascender espiritualmente e cumprir o desígnio estipulado pelo Criador, o objectivo mais importante a ser realizado ao longo da sua vida. A religiosidade que perpassa toda a linha argumentativa do ensaio de Astell coaduna-se perfeitamente com a mentalidade setecentista que via a mulher ideal como casta, virtuosa e pia, desempenhando um papel crucial na manutenção do bem-estar e dos valores nacionais. Todavia, a autora, apesar de defender fervorosamente o direito das

mulheres à educação e de criticar o estado de subordinação intelectual feminino em relação aos homens, nunca abandona os princípios profundamente conservadores pelos quais se regia, nem em momento algum questiona a autoridade masculina.

A ênfase colocada na suma-importância da mulher casta e virtuosa está, aliás, sempre presente no discurso dos vários autores que se debruçaram sobre o assunto ao longo do século. Acreditavam que a mulher tinha o dever patriótico de contribuir para a salvação do seu país, tornando-se mais castas e pias, as qualidades repetidamente invocadas como hegemónicas. Contudo, no final de Setecentos já se começa a observar um teor ligeiramente diferente nos escritos acerca da condição das mulheres e da sua educação. De facto, a palavra mais recorrente para descrever as autoras da década de 90 era precisamente "radicais" (com a excepção de escritoras que continuavam a defender o *status quo*, como é o caso de Hannah More, 1745-1833, de cujo espólio se destaca *Strictures on the Modern System of Female Education*, publicado em 1799), muito provavelmente devido ao ambiente marcadamente revolucionário que se vivia nesse período e pelas novas ideias vanguardistas veiculadas por vários escritos femininos. Catharine Macaulay escreve precisamente nesta década, com uma agenda bastante distinta das escritoras do início do século, defendendo a paridade dos géneros a nível político e social e, simultaneamente, advogando uma participação activa da mulheres na vida pública.

Apesar de tanto Astell como Macaulay estarem primariamente empenhadas em outorgar uma melhor educação às mulheres, existem diferenças fundamentais no âmbito das suas obras, a começar pelo próprio modelo educacional proposto; Mary Astell defendia a criação de uma Academia onde as mulheres pudessem viver e instruir-se, dedicando-se exclusivamente ao seu aperfeiçoamento espiritual e intelectual. A autora era peremptória em rejeitar qualquer contacto das "pupilas" com o mundo exterior, apontando, no entanto, a excepção das obras de caridade, no âmbito das quais as jovens poderiam contactar com os mais pobres e desfavorecidos de modo a prestar-lhes auxílio. A justificação que Astell oferece prende-se com o facto de as mentes femininas ainda não estarem fortalecidas o suficiente para resistirem às tentações mundanas originadas pelo convívio social, precisando, por isso, de se concentrarem nesse fortalecimento até se encontrarem preparadas para regressar à vida colectiva.

Nos antípodas de Mary Astell relativamente à questão do isolamento das jovens durante a fase de aprendizagem encontra-se Catharine Macaulay. A ensaísta

não só nunca o sugere, como defende, à semelhança da sua contemporânea radical Mary Wollstonecraft, uma educação conjunta de rapazes e raparigas, com um *curriculum* e com actividades físicas comuns, num mesmo espaço físico e temporal.

Ao contrário de Astell que se limita a esboçar directrizes muito gerais quanto às matérias a leccionar e quanto à ocupação dos tempos, Macaulay elabora uma extensa lista de leituras e de assuntos a serem abordados, cuidadosamente ordenadas de acordo com o estádio e a idade dos jovens aprendizes. Efectivamente, a lista que apresenta é de tal forma extensa que não podemos deixar de nos interrogar se tal programa seria exequível nos limites temporais estabelecidos pela autora. Contudo, é de salientar a total igualdade de exigência requerida de rapazes e raparigas, única forma de assegurar o pleno desenvolvimento intelectual de ambos.

Também a nível político e religioso as duas autoras contempladas neste trabalho se encontram em extremos opostos do espectro: enquanto Mary Astell acredita piamente no direito divino do monarca, alinhando-se com os conservadores *Tories* e nunca questionando a supremacia da Igreja Anglicana no seu pensamento e na sua conduta, Catharine Macaulay afirma-se como republicana e liberal, rejeitando quaisquer princípios conservadores derivados do *status quo*, o que é mais do que notório nos seus escritos inflamados e na sua conduta nada ortodoxa. É mesmo provável que Astell, se contemporânea de Macaulay, tivesse desaprovado firmemente o seu percurso vivencial, por ser verdadeiramente escandaloso para os padrões da época e, portanto, contrário à conduta feminina aceitável e esperada. De facto, até mesmo os contemporâneos de Macaulay reprovavam muitas das suas opções de vida, o que gerou numerosas críticas, vindo mesmo a provocar o desinteresse ou o repúdio relativamente às suas obras, atitude que viria a adensar-se mais tarde, durante o período vitoriano. Apesar de a sua conduta atrair atenções, como acontece com todos os escândalos sociais, esse facto não viria a aumentar a venda dos livros, uma vez que o manchar da sua reputação pessoal arrastou consigo o denegrir da reputação literária e despertou até mesmo a dúvida acerca das suas capacidades enquanto escritora.

O problema da intersecção da vida pública e privada não se cingia, aliás, a apenas algumas autoras. Todas as mulheres escritoras eram alvo de um minucioso escrutínio profissional e privado. Uma análise mais atenta relativamente à fama e à reputação (não só literária, mas também pessoal) revela que a recepção das suas obras era largamente influenciada, e por vezes até determinada, pela sua condição

feminina, como Annette Maria Ashley (2003) salienta. Apesar de os críticos se auto-proclamarem imparciais, as numerosas referências ao sexo do autor em questão revela que esse era um factor com um peso significativo na apreciação dos escritos das mulheres. Embora daí decorresse a falta de apreço que os críticos davam às obras escritas por mulheres, parecia haver expectativas de que as autoras fossem tratadas com uma indulgência quase galante. Não obstante, essa atitude não implicava que os escritos fossem necessariamente louvados, mas que as falhas encontradas, tais como erros de estilo e gramática, fossem corrigidas com uma espécie de condescendência. As únicas faltas que não eram objecto dessa mesma indulgência eram os desvios de conduta e o afastamento das normas do comportamento feminino padronizado, bem como a "invasão" das mulheres em áreas consideradas domínio dos homens, como por exemplo a política. Os assuntos considerados adequados para as mulheres discutirem consistiam em temáticas de âmbito privado, como a religiosidade, a própria educação feminina, a moral e os costumes.

Tanto Mary Astell como Catharine Macaulay eram fruto de e reflectiam as suas particularidades contextuais nas respectivas obras, tendo vivido em épocas conturbadas, propícias, portanto, a um maior vigor reivindicativo e a uma maior permeabilidade e tolerância relativamente a mudanças na tessitura sócio-política. Astell vive no período pós-Restauração (1660), em que a nação se afasta dos padrões autoritários, não só a nível público, mas também a nível privado que Oliver Cromwell tinha instituído em Inglaterra durante o período do seu governo da *CommonWealth*. Na época marcada pelo regresso dos Stuarts ao trono observa-se uma maior liberdade e até mesmo permissividade dos comportamentos, embora desde logo sofreados nos reinados de Guilherme de Orange e Maria Suart e, ainda mais acentuadamente, ao tempo da rainha Ana.

De facto, o governo de Carlos II fica assinalado pelo seu patrocínio das artes e dos divertimentos públicos, como por exemplo o teatro, por muitos considerado como uma actividade e um espaço de licenciosidade e, por outros, de liberdades de pensamento e expressão. Foi um momento de desenvolvimento de uma vida pública citadina que o florescimento comercial também favorecia, alterando hábitos de consumo e questionando, até, as hierarquias sociais provindas do passado. Pese embora o empenho na manutenção dos valores tradicionais e dos bons costumes, o reinado dos últimos Suarts alimentou esse bulício fruto do lazer e do trabalho urbano, bem como o espírito crítico e de debate nacional. As famosas "coffee-houses" e

"chocolate houses" eram espaços privilegiados para estas análises da vida pública, o mesmo acontecendo com a indústria da imprensa que conheceu um desenvolvimento sem precedentes, com numerosas publicações a virem a prelo, ou pelo menos a tornarem-se mais regulares, como por exemplo *The Tatler*, *The Spectator* e *The Female Talter*. A causa feminina beneficia, assim, de uma maior e mais abrangente divulgação; a quase totalidade dos escritos femininos era revista em diários e periódicos, sendo as suas autoras satirizadas em peças, celebradas em pinturas e em poesia, e a sua vida privada dissecada nos jornais, ávidos por pormenores escandalosos.

Mary Astell, tal como Catharine Macaulay, beneficia da postura iluminista fomentadora do gosto pelo saber e pela polémica decorrente do inquérito ideativo. Quase no final deste século, Kant (1784) definiria o Iluminismo como a audácia do saber a que fazem jus os contributos das duas autoras enquanto pedagogas. Todavia, o espírito do tempo também se fez sentir no seu modo de aquilatar a realidade política com que conviviam, Assim, se, por um lado, as mudanças referidas incutem em Astell o desejo de criar uma oportunidade de melhor aprendizagem às suas jovens contemporâneas, por outro, a preocupação omnipresente no reinado de Ana de manter respeitados a moral e os comportamentos tradicionais, justifica, de certa forma, a postura algo rígida e conservadora de Mary Astell.

A Revolução Industrial, mais visível a partir da segunda metade do século XVIII, também foi um factor determinante para o despertar das consciências para a situação precária da mulher. Se, por um lado, as classes baixas dispunham agora de uma maior liberdade, uma vez que lhes era permitido trabalharem fora de casa, por outro, as suas condições laborais eram, no mínimo, degradantes. Os trabalhos mais humilhantes e mal remunerados estavam reservados às mulheres e as fábricas reverberavam em muito a estrutura do espaço doméstico. Contudo, o desenvolvimento tecnológico que a Revolução permite transforma, sem margem para dúvida, a vida das mulheres e abre caminho a numerosas mutações na tessitura social, tendo como vector o desenvolvimento da chamada indústria do lazer e consequente atenção prestada ao cariz lúdico da vida social para as classes médias e aristocrática.

Por sua vez, Catharine Macaulay também vive tempos conturbados, com a Revolução Francesa de 1789 a funcionar como o despertar de consciências e a romper com as normas estipuladas, surgindo numerosos ensaios a aplaudir a revolução e a desejar a sua extensão a outros países, como é o caso de Thomas

Paine e William Godwin. É de destacar no espólio da literatura política de Thomas Paine, *Rights of Man* (1791) e de William Godwin *Enquiry concerning Political Justice, and its Influence on General Virtue and Happiness*. (1793).

No entanto, também surgem várias vozes discordantes, como por exemplo Edmund Burke, o primeiro autor inglês a condenar a revolução, alertando para os perigos de um retrocesso económico e civilizacional, de acordo com Philip Anthony Brown (1918). Burke, em *Reflections on the Revolution in France* (1790) que gerou muita controvérsia quando foi publicada, via a Revolução Francesa como uma revolta violenta que fazia perigar os valores tradicionais. De destacar. Alguns admiradores de Burke, como são o caso de Thomas Jefferson e do político inglês Charles James Fox, acusaram-no de reaccionário e inimigo da democracia. O próprio Thomas Paine escreveu *The Rights of Man* em resposta ao escrito de Edmund Burke, o mesmo acontecendo com *A Vindication of the Rights of Men* (1790) de Mary Wollstonecraft.O escrito de Burke também gerou uma resposta de Macaulay, *Observations on the Reflections of The Right Hon. Edmund Burke on the Revolution in France* (1790), imbuída do espírito optimista que se respirava. A escritora é directamente influenciada pelo Iluminismo europeu, que arrasta consigo um optimismo generalizado quanto às capacidades do ser humano e teve um quinhão muito importante no desenvolvimento das mentalidades relativamente às necessidades educacionais femininas. De facto, era comummente aceite nos círculos intelectuais que as falhas de carácter e os defeitos femininos eram uma consequência directa da deficiente e desadequada educação tradicionalmente concedida às mulheres. Os autores que contemplam este tema eram na sua maioria unânimes em reconhecer que só uma profunda revisão do modelo educacional feminino permitiria que as mulheres ascendessem intelectualmente.

Apesar das suas divergências ideológicas, tanto Mary Astell como Catharine Macaulay eram peremptórias nesta premissa, lamentando a inferioridade das mulheres em relação aos homens e reivindicando uma educação mais ampla que permitisse o desenvolvimento intelectual. Pode mesmo considerar-se que a fervorosa defesa do direito à educação se enquadrava num plano mais amplo de reivindicações, o da defesa da igualdade intelectual, uma vez que ambos os sexos possuíam, *a priori*, idênticas capacidades racionais intelectuais, residindo a única diferença no aproveitamento de tais capacidades.

Os exemplos de Astell e Macaulay revelam que classificar com base em dicotomias taxativas, sejam de partidarismo político como entre *Tories* e *Whigs*, ou éticos, como entre virtude e pecado, ou ainda sociais, como público e privado, são insuficientes e mesmo redutoras quando se analisa a vida e a obra de mulheres escritoras do século XVIII. Cada autora reflecte as particularidades específicas da sua época aliadas a personalidades complexas, sendo, por isso, demasiado simplista catalogá-las sob uma única designação. A divisão entre público e privado, ou antes, a separação dos papéis próprios de cada género, existia de facto, ao longo de todo o século, mas era uma separação ténue, permeável e sujeita a constante renegociação, especialmente, ou mais visivelmente, no final do século. Catharine Macaulay representa, de alguma forma, um processo de laicização dos argumentos de Mary Astell, coadunando-se com a visão mais materialista, centrada na vida terrena que o capitalismo mercantilista comercial, e depois industrial, veio acarretar e que, no plano político, as Revoluções Americana e sobretudo a Francesa vieram culminar. Os problemas sentidos enquanto viventes terrenos passam a buscar solução nesse mesmo plano terreal, não ficando a aguardar pela justiça divina num destino *post-mortem*. Também da ideologia revolucionária as noções de meritocracia e abolição do privilégio de nascimento de certa forma transpõem-se (ou são transponíveis) para o debate acerca das discriminações de género. Uma vez questionada a pirâmide classista em que se alicerçava o edifício social, também é possível pôr em causa outras hierarquias e fontes de autoridade

Ainda que uma análise superficial dos escritos das duas autoras aponte para uma ideologia oposta, um olhar mais atento revela que estão efectivamente bastante próximas na sua preocupação com os direitos das mulheres e com o papel inferior que lhes era destinado no seio da sociedade. Consideramos mesmo que os argumentos utilizados por Catharine Macaulay são fruto de um processo de maturação dos de Mary Astell, adaptados à realidade social da década de 90, muito diferente da do início do século. Macaulay, apesar de provavelmente não ter consciência do facto, é fortemente influenciada pela herança das suas antepassadas, como por exemplo da religiosa e monárquica Astell, características que Macaulay repudiava, por as considerar nos antípodas da liberdade e da igualdade que almejava para as suas contemporâneas. A capacidade de questionar as teorias e as práticas adquiridas de forma racional e focalizada na mulher florescia, assim, em múltiplas direcções, fundamentando e desenvolvendo o processo de consciencialização das mulheres.

A obra de Astell reflecte-se, assim, pelo menos a nosso ver, nos escritos que surgiram muito depois da sua morte, constituindo um legado valioso não só para as oitocentistas, mas também para todos os que se interessem pela História das mulheres. O contributo de Macaulay também foi inestimável, uma vez que foi uma das pioneiras na invasão do mundo homocêntrico, agindo, escrevendo e reclamando as suas opiniões enquanto semelhante intelectual dos homens.

As obras de ambas as autoras espelham uma nova ideia acerca do lugar da mulher no mundo, ultrapassando o estereótipo habitual da mulher/mãe. Pode mesmo dizer-se que um símbolo comum a todas as sociedades em qualquer momento histórico é a imagem de uma mulher com o seu filho, como considera Eric Hobsbawn (1999):

> *"If you insist on looking for a symbol for the twentieth century, I would suggest a mother with her children. The people who have most in common are mothers, wherever they live on the face of the earth, and in spite of their different cultures, civilizations, and languages"* (pp. 157-158).

No entanto, o trabalho das duas escritoras, especialmente o de Macaulay, reflecte uma preocupação com um espectro de acção feminino mais abrangente que olhasse a maternidade como mais do que um factor da vida familiar, mesmo que primordial. Significa a continuidade, a transmissão de saberes, formais e informais, e, portanto, o perpetuar da vida em sociedade, cerne das culturas humanas. Nesta sequência, posso inferir que as ideias defendidas pelas setecentistas vieram influenciar de uma forma directa o papel da mulher no século XX. Por esse mesmo motivo considero muito redutor eleger como símbolo do século passado uma mãe com o seu filho, se dele se fizer apenas uma leitura discriminatória. Isso equivaleria a trivializar a evolução socio-política das mulheres nas últimas centenas de anos e o seu contributo nas mais diversas áreas do saber e do labor. Optar por esta leitura significa que a imagem criada por Eric Hobsbawn se adequa na perfeição a qualquer outra sociedade anterior à emancipação feminina. No entanto, penso que o mais adequado não é escolher uma leitura em detrimento da outra, mas antes, abraçar uma imagem da mulher enquanto bastião da continuidade da espécie e simultaneamente conciliá-la com uma perspectiva mais abrangente que atribui um papel primordial à mulher no que concerne ao perpetuar da Humanidade, não apenas devido à maternidade, mas também devido ao contributo intelectual e, *lato senso*, espiritual e à acção prática que visa mais do que a continuidade, a evolução. Assim, se escolhermos um símbolo do

século XX relativo às mulheres, escolheríamos uma mulher com uma pasta, uma caneta, ou mesmo, porque não, uma gravata, símbolos da conquista de igualdade intelectual e política.

Um ícone perfeito para acompanhar a imagem feminina seria também um livro, enquanto representativo do saber e, consequentemente, do poder, como aliás, a imagética associada a Mary Astell e Catharine Macaulay invoca (consultar anexos I e II). Efectivamente, as duas ensaístas consideravam a educação, o veículo do saber, como uma forma de conseguir poder, primeiro intelectual com Astell, depois social com Macaulay, e claramente político com as sufragistas. E se atentarmos na realidade universitária portuguesa, em que as academias têm uma maior percentagem de mulheres, não há qualquer dúvida de que ambas as autoras ficariam satisfeitas em saber que o seu desejo relativamente a uma educação plena feminina tinha sido cumprido, superando mesmo as suas mais optimistas expectativas.

Contudo, o conceito de igualdade entre homens e mulheres não é algo taxativo, ou algo que gere consenso. É uma noção traiçoeira, sujeita a constante reformulação, uma vez que parte do princípio da igualdade entre os sexos, o que, como Catharine A. MacKinnon refere (2005), é uma contradição nos próprios termos:

> *"According to the approach to sex equality that has dominated politics, law and social perception, equality is an equivalence, not a distinction, and sex is a distinction. The legal mandate of equal treatment – which is both a systematic norm and a specific legal doctrine – becomes a matter of treating the likes a like and unlikes unlike; and sexes are defined as such by their mutual unlikeness. Put another way, gender is socially constructed as difference epistemologically; sex discrimination law bounds gender equality by difference doctrinally. A built-in tension exists between this concept of equality, which presupposes sameness, and this concept of sex, which presupposes difference. Sex equality thus becomes a contradiction in terms, something of an oxymoron, which may suggest why we are having such a difficult time getting it."* (p. 392)

Assim, penso que a noção de igualdade neste caso é algo que será impossível de alcançar, uma vez que pressupõe uma igualdade sexual de base, o que é uma falácia. Não obstante, isso não constitui impedimento a uma paridade intelectual e a um constructo socio-político de género que respeite do mesmo modo os seus

elementos, sejam femininos ou masculinos. Mais que não seja, o conceito de "Super-Homem" seria mais justamente substituído pelo de "Super-Mulher", uma vez que ela tem as mesmas funções e deveres políticos e sociais que o homem, pelo menos em teoria nos estados democráticos, a que acresce a sua maternidade, o que a distingue dos seus congéneres masculinos e, simultaneamente, lhe dá um maior e mais especial poder no destino da Humanidade.

O conceito de Feminismo tem vindo a sofrer numerosas reformulações mas, à semelhança do que acontece há mais de um século, não há unanimidade na sua definição, nem tal é passível de ser alcançado. Apesar de a mulher ter idênticos direitos legais e cívicos, a sua concretização não é prática, uma vez que as entidades do poder continuam a ser dominadas pelo elemento masculino. A resposta poderá estar no instituir de uma discriminação positiva (advogada pelo *Gender Feminism*, conceito cunhado por Christinha Hoff Sommers em 1995)) que visa abolir completamente a distinção de géneros, ou, mais concretamente, os seus papéis, propondo conceder algumas vantagens de base às mulheres para que assim se crie uma igualdade real entre os sexos. Por outro lado, o *Equity Feminism* returque com uma ideologia que postula uma igualdade cívica e legal completa, de acordo com Christine Hoff Sommers (1995,22): "Most […] women subscribe philosophically to the […] kind of feminism whose main goal is equity, especially in politics and education". No entanto, se atentarmos bem na realidade contemporânea, isso já é previsto constitucionalmente, apesar de a realidade pragmática não o comprovar.

Deste modo, e não tirando qualquer mérito às escritoras setecentistas, considero que a resposta à desigualdade não reside unicamente na educação, uma vez que actualmente as mulheres têm acesso total e livre às Academias, sendo, como já foi dito, a população universitária feminina superior à masculina. A mulher continua a ser, como Simone de Beauvoir comentou (1949), o "Segundo Sexo", o Outro. Pese embora o esforço envidado para melhorar a condição da mulher, Astell e Macaulay ainda consideravam o homem como modelo, aspirando a obter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que eles. O conceito de feminino continuava, e de certa forma continua, a ser definido por oposição ao masculino, sendo, por isso, impossível atingir uma definição de essência.

Penso que, para além de conceptualizações e teorizações acerca da condição e da essência feminina, o mais importante é compreender a luta que as mulheres travam, como refere Karen Offen (2000):

> *"Fundamentally, what feminism has been – historically speaking – about is enabling women within the context of a male-defined and male-dominated society, even as feminists have attempted to alter the definition, to eliminate the domination, and thereby to transform the society they live in. It is […] about equalizing the balance of power between the sexes."* (p. 393)

A única forma de se atingir uma justiça social entre homens e mulheres é a inserção da mulher nas instâncias de autoridade, porque revestidas de poder, um poder a ser partilhado entre seres humanos independentemente da sua caracterização sexual ou de género. Os caminhos fazem-se caminhando e lembrar os passos das nossas antepassadas, ainda que tímidos e insuficientes, não lhes rouba a grandeza própria das pioneiras.

Referências Bibliográficas

Ashley, A. M. (2003). *"In this moment of alarm and peril": Female Education, Religion and Politics in the Late Eighteenth Century, With special reference to Catharine Macaulay and Hannah More*. Submitted for the degree of PhD. Queen Mary, University of London.

Brown, Philip Anthony (1918). *The french revolution in english history*. London: Crosby Lockwood and Son.

Hobsbawn, Eric (1999). *The New Century*. London: Little, Brown and Company,

Kant, I. (1784). Was ist Äufklarung? In Robert Ginsberg (Ed.). *The philosopher as writer*. London and Toronto: Associated University Press.

MacKinnon, Catharine A. (2005). Difference and dominance: on sex discrimination. In A. E. Cudd and R. O. Andreasen (Eds.), *Feminist theory: a philosophical anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.

Offen, Karen (2000). *European feminisms 1700-1950. A political history*. Stanford: Stanford University Press.

Sommers, C. H. (1995). *Who stole feminism? How women have betrayed women.* New York: Touchstone/Simon & Schuster.

Anexo I

Jacques Du Bosc, *The Excellent Woman* (/1692). Retrato de uma *femme savant* do final do século XVII, rodeada por numerosos livros, símbolos do saber, que poderá assemelhar-se a Mary Astell. A ausência de uma imagética pessoal de Astell estará muito provavelmente associada à sua discrição e à sua postura recatada e afastada do mundo material.

Anexo II

Catharine Reed, *Portrait of Catharie Macaulay* (1764). Note-se o enquadramento da autora, rodeada por livros e com a pena ao alcance da mão.